

DESIGUALDADES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO ENTRE AS MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS

Gilmar Ribeiro dos Santos¹
Raissa Cota Pales²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar comparativamente alguns dados sociais e econômicos das dez regiões de planejamento de Minas Gerais, no período de 2000 à 2010, bem como traçar algumas considerações sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico vigente no Estado. O desenvolvimento regional possui uma conotação importante para se pensar o desenvolvimento de Minas Gerais e a persistência histórica de enormes desigualdades entre as macrorregiões. Minas Gerais é um estado síntese do Brasil também em termos de desenvolvimento regional. Na média a renda per capita de Minas Gerais em 2010 era pouco menor que a renda per capita brasileira. No entanto, dentre as macrorregiões administrativas, temos regiões com renda per capita equivalentes a dos Estados mais pobres do país, assim como macrorregiões com renda per capita muito próxima da renda per capita dos estados mais dinâmicos economicamente.

Palavras-chave: Desigualdades, Desenvolvimento regional, Macrorregiões de Minas Gerais.

Abstract

The goal of this article is to analyze comparatively some data social and economic planning of the ten regions of Minas Gerais, in the period 2000 to 2010, and the actual development model hegemonic in the State. Minas Gerais is a state of Brazil synthesis also in terms of regional development. On average income per capita of Minas Gerais in 2010 was slightly lower than the per capita income in Brazil. However, among the macro-regions, have ones with similar per capita income of the poorest states in the country, as well as macro-regions with per capita income very close to the per capita income of the most economically dynamic.

¹Professor do Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Social da Unimontes. gilrds@uol.com.br.

²Mestranda em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de Montes Claros-MG. raissacs1@yahoo.com.br.

Regional development has important connotations for thinking about the development of Minas Gerais and the persistence of huge historical inequalities among macro-regions.

Keywords: Inequality, Regional Development, Macro-regions of Minas Gerais.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar comparativamente alguns dados sociais e econômicos das dez regiões de planejamento de Minas Gerais, a saber, norte, rio doce, zona da mata, noroeste, central, sul, triângulo, alto Paranaíba, centro-oeste e Jequitinhonha/mucuri, no período de 2000 à 2010, e traçar algumas considerações sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico vigente no Estado.

Minas Gerais é um Estado síntese do Brasil também em termos de desenvolvimento regional. Sendo assim, o desenvolvimento regional possui uma conotação importante para se pensar o desenvolvimento de Minas Gerais.

O desenvolvimento de Minas Gerais foi, até este momento, marcadamente heterogêneo. Segundo Dulci (1999) neste processo, existiram três modalidades principais de desenvolvimento. A primeira se deu de forma praticamente natural, através do potencial econômico já estabelecido na região, como é o caso da região da Zona da Mata, ao entorno de Juiz de Fora; na segunda, o desenvolvimento seria induzido através de recursos políticos. Porém, o autor ressalta que a característica marcante do desenvolvimento mineiro não está nestes dois modelos acima citados, e sim, num terceiro, que seria um modelo híbrido, onde as potencialidades do mercado interno seriam maximizadas com recursos políticos.

Nos últimos anos as teorias sobre desenvolvimento regional vêm sendo modificadas, na busca de novas estratégias de desenvolvimento regional e local. Nessa perspectiva, uma característica dessas novas teorias é o reconhecimento da importância dos agentes locais sobre a economia local, apontando a importância desses agentes à em detrimento do desenvolvimento centralizado ou por forças unicamente de mercado.

As diferenças entre macrorregiões desenvolvidas e menos desenvolvidas são muito acentuadas em Minas Gerais. Essas diferenças são percebidas quando se analisa tanto indicadores econômicos quanto sociais. Desigualdades econômicas e sociais persistem ao longo dos séculos de história do Estado.

Nessa perspectiva, discutimos neste artigo algumas diferenças econômicas e sociais nas macrorregiões de planejamento de Minas Gerais e o modelo de desenvolvimento hegemônico vigente no Estado, a partir da sistematização e análise de informações contidas no banco de dados da PAD-MG 2009 e de relatórios da economia mineira, ambos disponibilizados pela Fundação João Pinheiro.

Uma nova estratégia para o desenvolvimento regional

Entre as décadas de cinquenta e setenta do século passado, em vários países periféricos, inclusive no Brasil, foram elaboradas propostas onde o Estado era o centro de todo o processo operacional para se superar o subdesenvolvimento, através da industrialização. Esta proposta foi denominada política desenvolvimentista (SIMÕES, 2009). Segundo este autor a industrialização era tida como a única maneira de acabar com a pobreza e o subdesenvolvimento dos países periféricos, para tanto, seria necessário o Estado assumir o papel de único planejador. De maneira geral, o modelo vigente no Brasil procurava amenizar as desigualdades colocando o Estado no centro como único sujeito de ação e os coletivos desiguais como “meros destinatários de ações e intervenções políticas do Estado”, pensados sempre como problema a ser solucionado (ARROYO, 2010).

Porém, industrialização e progresso econômico não são sinônimos de bem-estar social para todos. Um exemplo expressivo deste fato é a economia brasileira, a qual conseguiu alcançar níveis de industrialização consideráveis sem abandonar suas principais características de um país subdesenvolvido, ou seja: “grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em condições de um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc” (FURTADO, 1974, p.95).

Diante dessa realidade, a partir da década de 1970 o conceito de desenvolvimento sofreu alterações, incitadas pelo insucesso do processo de industrialização e do crescimento econômico em promover a igualdade social e superar o subdesenvolvimento. Novas discussões sobre desenvolvimento emergiram e o conceito tornou-se mais fragmentado, passando a incorporar outros aspectos além dos econômicos (BONENTE e CORRÊA, 2009). Nesse contexto, emergiu a noção de desenvolvimento regional para tratar das desigualdades entre as regiões e das disparidades intra-regionais.

Para entender as peculiaridades do processo de desenvolvimento regional é necessário primordialmente compreender a ideia de região. Trabalhamos aqui com a perspectiva de região adotada é a incorporada por Simões (2009), onde ele define região

como unidade de análise, é representada por um conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo. Mais ainda, contextualizando esta definição com o conceito de urbano – *locus* da produção diversificada e integrada do capitalismo –, pode-se definir uma região como um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau de menor integração com os primeiros (LEMOS, 1988 apud SIMÕES, 2009).

Segundo Furtado (1974), o desenvolvimento regional está em consonância com a dinâmica da movimentação do capital. O sistema capitalista passou por um processo de homogeneização e integração do centro no último quartel do século passado, juntamente com uma ampliação das diferenças entre o centro e a periferia. Esta ampliação das diferenças, ainda segundo o autor, também se replicou na periferia entre um pequeno grupo de “privilegiados e as grandes massas de população”. Ao narrar a dinâmica capitalista entre os países centrais e os periféricos Furtado (1974) argumenta que os processos entre estes e a dinâmica capitalista interregional são processos dependentes, seguem a mesma lógica, a lógica de valorização do capital.

Entretanto, a acumulação de capital em determinada região não está necessariamente relacionada ao desenvolvimento social. Desenvolvimento social significa redução das desigualdades sociais, aumento da equidade na distribuição de renda, habitação, saúde, educação, seguridade social, dentre outros (SANTOS e SILVA, 2011).

A implantação de um pólo de desenvolvimento³, por exemplo, pode provocar desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem expandir necessariamente a produção local de bens de consumo. Transfere mão-de-obra sem necessariamente atribuir-lhe um novo enquadramento social. Concentra o investimento e a inovação sem consequentemente alargar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado.

Desta forma, nos últimos anos as teorias acerca do desenvolvimento regional vêm sendo reformuladas e repensadas, incorporando ao processo de desenvolvimento novas

³ Segundo Simões (2009) pólo de desenvolvimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão, para cima e para baixo, sobre outras unidades que com ela estão em relação

estratégias que amenizem as desigualdades em termos de desenvolvimento entre as regiões e que resultem em uma maior equidade social intra-regional.

Nessa perspectiva, o modelo de intervenção estatal vigente nas décadas de 1950 e 1970, como acima descrito, se desgastou a partir do final desta última, como consequência das “alterações nas condições econômicas externas” e “a insuficiência dos resultados obtidos pelas políticas adotadas até então”. (SIMÕES, 2009).

Arroyo (2010) argumenta que o aprofundamento das desigualdades força o Estado a redefinir seu papel e suas políticas, assim como ressignificar a forma como são pensados os coletivos desiguais e o seu papel dentro da estrutura social.

Nessa perspectiva, Putnam (2007) chama atenção para o fato de que embora o Estado e o mercado sejam sempre apontados como os únicos responsáveis para a solução dos problemas sociais, a participação dos atores locais melhora tanto o desempenho do Estado quanto do mercado.

Nos últimos anos houve um aumento de políticas de valorização dos agentes locais, o chamado desenvolvimento endógeno, no qual há uma crescente valorização da participação dos agentes locais no processo de desenvolvimento. Dessa forma, nos últimos anos, houve um esforço para se reformular as teorias do desenvolvimento regional tradicionais, enfocando novas estratégias de desenvolvimento regional e local. Nessa perspectiva, há um reconhecimento da importância dos agentes locais sobre a condição futura da economia local, apontando a sobreposição da relevância desses agentes à idéia de desenvolvimento por vias do planejamento centralizado ou por forças puras de mercado. Há que salientar que essas ações coletivas alcançam maior eficácia na medida em que são institucionalizadas.

Este novo modelo de desenvolvimento endógeno é construído “de baixo para cima”, uma vez que os potenciais socioeconômicos originais do local produzem uma força motriz para o desenvolvimento. Esta nova teoria do desenvolvimento regional defende a descentralização da ação pública. Ela é pautada em três aspectos fundamentais. Primeiro o da proximidade e da informação, ou seja, o fato de os governos locais estarem mais próximos dos produtores e dos consumidores dos bens e serviços os tornam mais bem informados sobre suas preferências; segundo, o da experimentação variada e simultânea, o que equivale a dizer que as diversas experiências locais podem encontrar alternativas superiores de oferta do serviço público; e por último, o aspecto relacionado ao tamanho, quanto menor for o aparelho

estatal mais eficiente será a alocação de recursos, isso porque quanto mais regionalizado for o aparelho pressupõe-se que conhece melhor as demandas locais.

Reforçando a ideia de descentralização do Estado, Ricci (2005) salienta que na atual etapa do desenvolvimento capitalista, o Estado tem o papel de promotor da competitividade, “trata-se de induzir os agentes a adotarem comportamentos inovadores e cooperativos, essenciais ao fortalecimento da competitividade” (p.14)

É preciso reforçar, segundo Filho (2001), no que diz respeito ao desenvolvimento regional endógeno, que existe a necessidade de relacionar sempre o regional/região e o todo nacional, pois isso garante que o bem-estar de uma região não implique em mal-estar para outras regiões.

Dessa forma, Putnam (2007) afirma que “ao longo da história, (...) as normas e os sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico, em vez de inibi-lo (...) e que existe uma forte correlação entre associações cívicas e instituições públicas eficazes”. (p.186).

Sobre o desenvolvimento de Minas Gerais

O Estado de Minas Gerais localiza-se na região sudeste do Brasil, possui uma área de 588.344 km² e é o estado com o maior número de municípios do país, somando 853. Apresenta uma grande diversidade de clima, relevo e vegetação, sendo também um estado culturalmente diversificado⁴, além de possuir grande diversidade econômica e social.

O governo estadual, desde 1985, utiliza para fins administrativos, uma segmentação do Estado em Macrorregiões de Planejamento (ou Regiões de Planejamento). As macrorregiões são em número de dez: Norte, Rio Doce, Zona da Mata, Noroeste, Central, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Mucuri.

As diferenças entre as macrorregiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas de Minas Gerais são muito acentuadas, tanto no que diz respeito a renda quanto no acesso à educação, saneamento básico, água tratada, dentre outros serviços.

⁴ Dados obtidos em www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tematico/, autoria de Juliana Franca Scavazza - Consultora da Assembléia Legislativa, set/2003.

FIGURA 1
REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS



Após o Estado de Minas ter vivido anos gloriosos com o ciclo da mineração do ouro, verificou-se no período de 1889-1937 um “crescimento irregular, moderado”, neste período a capital de Minas foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte, uma cidade planejada. Foi um primeiro esforço na tentativa de articular as regiões do Estado, as quais se encontravam dispersas sobre o vasto território, além da tentativa de apresentar Minas Gerais como sinônimo do progresso na virada do século.

Após o período de decadência do ciclo do ouro, o estado precisava romper com a estagnação buscando novos focos para sua economia. Também a comparação com outras áreas em expansão, caso do estado São Paulo, impulsionaram a implementação de políticas de desenvolvimento (DULCI, 1999).

De acordo com Dulci (1999), num primeiro momento, os investimentos se concentraram na agropecuária, já num segundo momento as políticas se voltaram para a expansão da indústria. Foram dois projetos distintos, mas que não necessariamente se excluíam por completo. O autor afirma que estas duas políticas refletiam tanto ao

desenvolvimento ligado à dinâmica econômica nacional quanto ao jogo político interno, na medida em que se verificavam desde já no Estado a diversidade de perfis produtivos.

Dulci (1999) chama atenção também para quatro orientações na análise do processo de desenvolvimento mineiro, primeiro, “a relevância da elite política”; segundo, “a influência dos quadros técnicos”; terceiro, “a presença política do empresariado”; e quarto, “o entrelaçamento dos três segmentos”. Em relação as duas primeiras questões há um certo consenso na bibliografia, as divergências recaem sobre a ênfase dada ao empresariado no desenvolvimento de Minas. Neste contexto, há aqueles defensores de uma notável fragilidade econômica e política dos mesmos, porém há os que reconhecem sua influência sobre o projeto de desenvolvimento.

Em Minas Gerais prevaleceu historicamente no processo de desenvolvimento a lógica do capital, mas o processo de desenvolvimento das diferentes regiões não foi homogêneo. Os argumentos sobre o desenvolvimento de Minas Gerais estão vinculados a três correntes de interpretação. Sendo a primeira de caráter político, a outra de caráter econômico, e uma terceira que concebe a junção destas duas. O primeiro grupo, denominado “representacionista”, afirma que as lideranças políticas representavam os interesses dos grandes proprietários, principalmente dos grandes cafeicultores, resultando deste fato a grande influência política dos cafeicultores da Zona da Mata e do Sul de Minas durante a Primeira República. A segunda corrente de interpretação dissocia economia e política ao afirmar que a burocracia e as lideranças políticas profissionais orientavam o processo de desenvolvimento de maneira praticamente independente a despeito dos interesses privados. Há uma notável disparidade entre as correntes, pois se a primeira acentua a conexão entre Estado e burguesia, a segunda, concebe o Estado como agente central do desenvolvimento, (PEREIRA, 2007).

A terceira corrente procura articular a lógica apontada pelas duas correntes acima citadas. Nesta perspectiva, Dulci (1999) articula aspectos políticos e econômicos em suas análises. Para tanto, seleciona duas variáveis a serem trabalhadas: “o grau de desenvolvimento de cada região” ou “o grau de atraso econômico em comparação com a região mais desenvolvida”; e a “medida em que a iniciativa da modernização é interna ou externa à região”. A partir destas duas variáveis sugeriu um modelo de análise do desenvolvimento que considerou as *razões de mercado*, as *razões políticas estratégicas* e os *casos intermediários* – que combinaram a lógica do mercado e os fatores políticos.

Segundo Dulci (1999) em Minas Gerais coexistiram três modalidades principais de desenvolvimento, portanto, um processo heterogêneo. Exemplo ilustrativo é a dicotomia

entre os modelos de industrialização de Juiz de Fora, seguindo o modelo de industrialização como extensão do centro mais dinâmico da economia durante o período, modelo que surge de forma mais natural e o Norte de Minas, com um modelo de industrialização implementado pelo Governo Federal através da SUDENE. Vale salientar que a maioria dos projetos implementados pela superintendência nada tinham a ver com a história agropastoril da área, tal condição proporcionada artificialmente não fracassou totalmente, porém restou a Montes Claros, a maior cidade da região, ser qualificada como “cemitério das indústrias” (DULCI, 1999).

O terceiro seria um modelo híbrido, onde oportunidades da dinâmica do mercado seriam incrementadas com recursos políticos das elites locais para se implementar um desenvolvimento ao mesmo tempo genuíno e induzido através de recursos políticos. Neste sentido, Dulci (1999, p.192) afirma que “não é aí [nos dois modelos acima citados] que se encontra a marca característica do desenvolvimento mineiro. Ela residiu de longa data, na busca de uma via própria, o que significava empregar recursos políticos para aproveitar condições potenciais de mercado”

Este processo de desenvolvimento se daria principalmente por impulso interno, combinando fatores econômicos e políticos, tal processo possuía caráter endógeno, por isto era essencial a implantação de um pólo capaz de reunir as atividades que se desenvolviam em todo o território de Minas Gerais. Para tanto, duas providências foram tomadas sucessivamente: implementar “um sistema econômico regional diversificado e acentuadamente autônomo” e depois instalar “uma aglomeração industrial especializada dentro do sistema econômico nacional. Ambas tinham como objetivo reduzir o atraso considerável em que Minas se encontrava (DULCI, 1999).

SANTOS e SILVA (2011) apresentam esta condição híbrida no desenvolvimento do Norte de Minas na última metade do século XX. Exemplo deste modelo foi quando houve em 1953 uma significativa mobilização das elites na busca de incentivos para região, como a isenção de impostos/incentivos fiscais; facilidade de crédito aos investidores, qualificação da força de trabalho; estímulo às potencialidades econômicas regional.

O quadro apresentado mostra que tal mobilização era no intuito de articular incentivos políticos e potencialidades locais, com o objetivo de cobrir o déficit criado pelos projetos da SUDENE, uma vez que não se levava em conta as atividades genuínas da região, e modernizar o estado reduzindo o atraso no qual o Norte de Minas se encontrava em relação a outros centros dinâmicos do Estado.

Indicadores econômicos e sociais

Para melhor compreender as desigualdades entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais consideramos não somente indicadores econômicos, como renda *per capita* e PIB *per capita* assim como alguns indicadores sociais, que são eles: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, educação, saneamento básico, água tratada e condições de trabalho. Estes dois indicadores possuem uma complementaridade de sentido e permitem uma análise mais profunda sobre a diversidade socioeconômica do Estado.

Indicadores econômicos

- Renda *per capita*

Em relação a renda *per capita* das macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na tabela 1 as disparidades de renda que se configuram no Estado. O fator industrial, a concentração de atividades econômicas mais importantes, mesmo na agricultura, como no caso da atividade cafeeira, explicam a disparidade de renda entre as macrorregiões.

No Norte de Minas e nos Vale do Jequitinhonha/Mucuri estão as menores rendas *per capita* de Minas, respectivamente, R\$455,33 e R\$431,75. Nas regiões Central, R\$961,82 e Triângulo, R\$908,04 são verificadas as maiores rendas *per capita* do estado. Da mesma forma, disparidades extremamente acentuadas como as citadas são encontradas entre as regiões brasileiras, onde a região norte e nordeste possuem renda *per capita* média de R\$636,43 e R\$506,73, respectivamente; enquanto as regiões sul (R\$944,49) e sudeste (R\$937,76) possuem rendas consideravelmente elevadas⁵, superando inclusive a média nacional de R\$830,85.

Na média a renda per capita de Minas Gerais em 2010 era um pouco abaixo da renda per capita brasileira. No entanto, dentre as macrorregiões administrativas, temos regiões com renda *per capita* equivalentes a dos Estados mais pobres do país, assim como macrorregiões com renda per capita muito próxima da renda per capita dos estados mais dinâmicos economicamente. Exemplo ilustrativo é a macrorregião Norte de Minas, onde a renda *per capita* média equivale a do Piauí (NE), R\$447,17, bem como a região do Triângulo mineiro que possui uma renda que se assemelha a do estado do Rio Grande do Sul (Sul), R\$971,59⁶.

⁵ Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

⁶ Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

A análise da evolução da renda per capita das macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, no período de 2000 a 2010, apresenta algumas peculiaridades, como um maior crescimento da renda per capita das macrorregiões tradicionalmente menos dinâmicas economicamente, como Vale do Jequitinhonha/Mucuri e a região Norte, ao passo que regiões como o Triângulo e o Sul, historicamente mais dinâmicas economicamente, tiveram menor crescimento no período. Este crescimento ocorreu em função do acentuado crescimento da renda das classes D e E em especial, devido ao aumento real do salário mínimo, redução do desemprego e os programas de transferência de renda do governo federal.

TABELA 1**Renda per capita das macrorregiões de Minas Gerais - 2000 - 2010**

No entanto, algumas desigualdades históricas persistem, pois dentre os dez municípios com menores rendas per capita de Minas Gerais encontramos oito integrantes das duas macrorregiões mais pobres, ou seja, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte (tabela 2).

TABELA 2**Dez municípios de Minas Gerais com menores Rendas per capita – 2000-2010**

Município	Região	Renda per capita 2000 (R\$)	Renda per capita 2010 (R\$)
São João das Missões	Norte	108,59	238,60
Pai Pedro	Norte	139,59	250,74
Santo Antônio do Retiro	Norte	120,11	258,69
Ninheira	Norte	147,79	259,00
Frei Lagonegro	Rio Doce	149,51	267,73
Bonito de Minas	Norte	95,89	270,83
Região	2000	2010	Taxa média de crescimento anual 2000 a 2010 (%)
Alto Paranaíba	R\$ 573,65	R\$ 761,04	2,87%
Central	R\$ 663,25	R\$ 961,82	3,79%
Centro Oeste	R\$ 526,53	R\$ 721,28	3,20%
Jequitinhonha/Mucuri	R\$ 244,23	R\$ 431,75	5,86%
Mata	R\$ 499,26	R\$ 710,11	3,59%
Noroeste	R\$ 448,92	R\$ 622,67	3,33%
Norte	R\$ 260,30	R\$ 455,33	5,75%
Rio Doce	R\$ 412,76	R\$ 599,69	3,81%
Sul	R\$ 564,71	R\$ 727,66	2,57%
Triângulo	R\$ 677,75	R\$ 908,04	2,97%
Minas Gerais	R\$ 539,86	R\$ 773,41	3,66%
Brasil	R\$ 580,22	R\$ 830,85	3,66%

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Caraí	Jequitinhonha/Mucuri	164,23	270,88
Setubinha	Jequitinhonha/Mucuri	143,17	276,38

Pedra Bonita	Mata	276,59	280,36
São João da Ponte	Norte	167,96	281,68

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Por outro lado, vê-se na tabela 3, que dentre os dez municípios com maiores rendas *per capita*, nove integram as regiões Sul, Central e Triângulo, com rendas per capita que oscilam entre R\$935,87 e R\$1.653,47.

TABELA 3
Dez municípios de Minas Gerais com maiores Rendas *per capita* – 2000 – 2010

Município	Região	Renda <i>per capita</i> 2000 (R\$)	Renda <i>per capita</i> 2010 (R\$)
Nova Lima	Central	790,11	1.653,47
Belo Horizonte	Central	1088,17	1.493,21
Juiz de Fora	Mata	818,71	1.063,03
Uberlândia	Triângulo	759,99	1.002,02
Lagoa Santa	Central	569,52	997,19
Uberaba	Triângulo	781,62	990,40
Brumadinho	Central	535,07	988,56
Poços de Caldas	Sul de Minas	850,25	964,11
São Lourenço	Sul de Minas	785,83	954,65
Itajubá	Sul de Minas	689,77	935,87

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Apesar da renda *per capita* ser um indicador impermeável em relação às desigualdades sociais, ele ilustra significativamente as diferenças econômicas entre as macrorregiões de Minas Gerais. O lento crescimento econômico do Norte de Minas e dos Vales Jequitinhonha/Mucuri apontam um problema histórico. Estas grandes extensões territoriais não conseguiram acompanhar o dinamismo econômico das regiões mais dinâmicas economicamente. Salvo raras exceções como os municípios de Montes Claros e Pirapora, no Norte de Minas, estas regiões ainda estão mais próximas do Nordeste que do Sudeste tanto em termos econômicos quanto sociais.

- Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB é a soma de todos os bens de um país, ou no contexto do artigo, de um município. O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes

de um país, ou município. O PIB per capita é um indicador muito utilizado na macroeconomia, e tem como objetivo mensurar a economia de um país, estado, região ou município. Para o cálculo do PIB é considerado apenas bens e serviços finais.

Na tabela 4 verificamos que a região Norte possui um dos menores PIB *per capita* dentre as regiões de Minas Gerais. No tocante ao PIB e ao PIB *per capita* das regiões, a tabela 4 mostra que o PIB em 2008 da região central era extremamente elevado em relação às demais regiões, isso se deve ao fato de a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) está incluída na região Central.

Contudo, os dados apresentados na tabela 4 mostram ainda uma grande disparidade entre as regiões. Quando analisamos comparativamente o PIB e o PIB *per capita* das macrorregiões notamos que quando se trata do PIBpm, as regiões Sul e Triângulo estão no topo da lista, obviamente abaixo da região Central, porém quando se analisa o PIB *per capita* verifica-se que o Triângulo ainda continua no topo, juntamente com as regiões Central e Alto Paranaíba, ao passo que o PIB *per capita* da região Sul (R\$13.343,11) difere consideravelmente de forma negativa em relação as regiões acima citadas.

A região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e a região Noroeste apresentam PIBpm semelhantes, em torno de cinco bilhões de reais, todavia quando se compara tais regiões levando-se em consideração PIB *per capita*, a primeira possui o menor PIB *per capita* dentre todas as regiões, enquanto na última constata-se um valor considerável, R\$ 13.828,51.

TABELA 4
PIBpm e PIB per capita das macrorregiões de Minas Gerais – 2008

Região de Planejamento	PIBpm/2008 (R\$ mil)	PIB per capita/2008 (R\$)
Triângulo	31.595.470	21.034,56
Central	131.719.581	18.411,73
Alto Paranaíba	11.299.984	17.200,07
Noroeste	5.028.433	13.828,51
Sul de Minas	34.450.998	13.343,11
Centro - oeste de Minas	12.714.524	11.398,36
Rio Doce	17.774.443	10.885,05
Zona da Mata	21.428.114	9.786,02
Norte	11.181.431	6.850,68
Jequitinhonha/Mucuri	5.329.342	5.219,05
Total	282.522.320	127.957,14

Fonte www.fjp.gov.br.

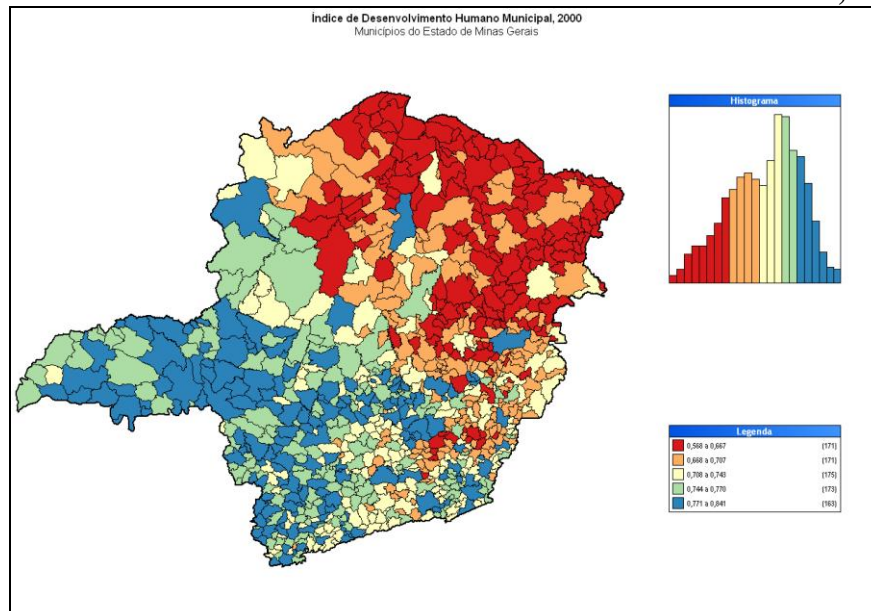
Indicadores sociais

- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

A premissa básica do Desenvolvimento Humano é que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além dos aspectos puramente econômicos, considerando também aspectos sociais. Neste sentido, três dimensões básicas do desenvolvimento humano são analisadas: renda, saúde (expectativa de vida da população) e educação (média de anos de estudos). Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (pleno desenvolvimento humano).

Os IDHs menos significativos do Estado se encontram em sua maioria nas cidades das macrorregiões Norte e Jequitinhonha, com índices entre 0,568 a 0,707; e são nas macrorregiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Sul de Minas que se concentram a maioria das cidades com IDHs mais elevados, entre 0,744 a 0,841.

FIGURA 2
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em www.pnud.org.br.

Podemos notar que mesmo tendo a maior renda per capita a região Central não possui maioria entre os dez municípios com maiores IDHs. Isto significa que as desigualdades

sociais, mesmo nas regiões mais dinâmicas do Estado, ainda persistem. Distribuir de forma mais equitativa a renda gerada é um dos grandes problemas de Minas e também do Brasil.

Outro ponto a ser salientado é que dentre os dez municípios com maiores IDHs no ano de 2000, variando de 0,826 a 0,841, nenhum pertence as regiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, e seis pertencem a região Sul ou Triângulo. Ver tabela 5.

TABELA 5
10 Maiores - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado de Minas Gerais

Município	Macrorregião	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Poços de Caldas (MG)	Sul	0,841
São Lourenço (MG)	Sul	0,839
Belo Horizonte (MG)	Central	0,839
Uberaba (MG)	Triângulo	0,834
Timóteo (MG)	Rio Doce	0,831
Divinópolis (MG)	cento oeste	0,831
Uberlândia (MG)	Triangulo	0,830
Alfenas (MG)	Sul	0,829
Juiz de Fora (MG)	zona da mata	0,828
Pouso Alegre (MG)	Sul	0,826

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em contrapartida, os dados da tabela 6 mostram que no ranking dos dez municípios de Minas Gerais com menores IDHs, todos os municípios pertencem a região norte e a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, com Índices de Desenvolvimento Humano que não chegam a 0,586. A tese de Furtado (1974), sobre a replicação do modelo de desenvolvimento capitalista global entre centro e periferia, entre as regiões do país pode ser verificada dentro do próprio Estado de Minas Gerais. Mesmo uma forte intervenção do governo federal através da SUDENE nos anos sessenta e setenta do século passado não foi suficiente para reverter este quadro no estado.

TABELA 6
10 Menores - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado de Minas Gerais

Município	Macrorregião	IDH - 2000
Setubinha (MG)	Jequitinhonha	0,568
Monte Formoso (MG)	Jequitinhonha	0,570
Indaiabira (MG)	Norte	0,571
Pai Pedro (MG)	Norte	0,575
Bonito de Minas (MG)	Norte	0,580
Gameleiras (MG)	Norte	0,581
Novo Oriente de Minas (MG)	Jequitinhonha	0,582

Bertópolis (MG)	Jequitinhonha	0,585
Crisólita (MG)	Jequitinhonha	0,586
Fruta de Leite (MG)	Norte	0,586

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

- Assistência do programa Bolsa Família

A tabela 7, a seguir, apresenta o percentual de domicílios de cada uma das macrorregiões de Minas Gerais beneficiárias do programa Bolsa Família. A região Norte e a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri são as que apresentam um maior percentual de domicílios beneficiários desse programa, respectivamente 22,3% e 24,2% são beneficiárias. Enquanto os menores percentuais se encontram na região Sul e no Triângulo, com 10,1% dos domicílios recebendo assistência do programa na primeira e apenas 8,9% nesta última.

TABELA 7
Família beneficiária do PBF por macrorregião, em percentual

Região de Planejamento	Sim	Não	Total
Triângulo	8,9	91,1	100,0
Sul	10,1	89,9	100,0
Centro-Oeste	11,1	88,9	100,0
Alto Paranaíba	11,7	88,3	100,0
Zona da Mata	12,3	87,7	100,0
Central	13,7	86,3	100,0
Rio Doce	17,4	82,6	100,0
Noroeste	18,7	81,3	100,0
Norte	22,3	77,7	100,0
Jequi/Mucuri	24,2	75,8	100,0
Total	14,5	85,5	100,0

Fonte: PAD - MG 2009

- Saneamento básico

Dentre as dez regiões de planejamento do estado, as regiões que possuem o maior percentual de domicílios sem água canalizada em pelo menos um cômodo são as regiões Noroeste com 8,4% e Jequitinhonha/Mucuri com 3,5%. Extraordinariamente, os percentuais da região Central e Norte se equiparam, com respectivamente, 3,2% e 3,5%, indicando que o mesmo percentual de domicílios em ambas as regiões vivem sem água canalizada em seus

domicílios. O fato dessas duas regiões extremamente diferentes em suas características socioeconômicas possuírem percentuais similares de domicílios com água canalizada se explica uma vez que na região Central encontra-se um grande número de favelas, onde a infra-estrutura é precária.

TABELA 8
Domicílio com água canalizada em pelo menos um cômodo, em percentual

Região de Planejamento	Sim	Não	Total
Noroeste	91,6	8,4	100,0
Jequi/Mucuri	94,5	5,5	100,0
Norte	96,5	3,5	100,0
Central	96,8	3,2	100,0
Zona da Mata	97,0	3,0	100,0
Rio Doce	97,7	2,3	100,0
Triângulo	97,8	2,2	100,0
Sul	98,7	1,3	100,0
Alto Paranaíba	98,8	1,2	100,0
Centro-Oeste	98,9	1,1	100,0
Total	96,9	3,1	100,0

Fonte: PAD-MG 2009

A tabela 9 mostra a região Norte como a de menor percentual de domicílios com rede coletora de esgoto ou pluvial como forma de escoadouro do banheiro. Esta possui como outras alternativas mais usadas a fossa séptica não-ligada à rede coletora de esgoto, 19,66% e a fossa 26,98%. Na região do Triângulo quase a totalidade dos domicílios possui como forma de escoadouro do banheiro 'rede coletora de esgoto ou pluvial', 91,75%. Na região central, também em função do exacerbado número de favelas na região, quando se trata da forma de escoadouro do banheiro, encontra-se um número negativo - levando-se em consideração o histórico de excelentes indicadores - de 79,92% de domicílios que utilizam a 'rede coletora de esgoto ou pluvial'.

TABELA 9
Forma de escoadouro do banheiro, em percentual

Fonte: PAD-MG 2009

- Educação

Em relação as dez macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na tabela 10 que a região com o maior percentual de analfabetos é a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, com 26,57% de sua população sem saber ler e escrever, ao passo que o percentual de analfabetos nas regiões Sul, Triângulo e Central é bem menor, gira em torno de 14%.

TABELA 10

Região de Planejamento	Rede coletora de esgoto ou pluvial	Fossa séptica ligada à rede coletora	Fossa séptica não-ligada à rede coletora	Fossa	Val a	Direto para rio ou lago	Outro	Total
Norte	51,57	0,77	19,66	26,98	0,34	0,26	0,43	100,0
Rio Doce	76,23	0,37	3,06	9,38	2,79	8,08	0,09	100,0
Zona da Mata	77,60	3,31	8,26	3,47	0,25	7,02	0,08	100,0
Noroeste	47,17	0,77	8,65	40,51	1,76	0,15	1,00	100,0
Central	79,92	2,28	5,75	9,90	0,14	1,68	0,33	100,0
Sul	81,85	3,27	5,38	4,55	0,06	4,83	0,06	100,0
Triângulo	91,75	0,28	0,55	6,80	0,07	0,55	0,00	100,0
Alto Paranaíba	90,36	1,10	2,63	4,92	0,19	0,72	0,10	100,0
Centro-Oeste	82,40	0,76	3,74	10,05	0,28	2,01	0,76	100,0
Jequi/Mucuri	67,45	1,66	14,86	12,23	0,48	2,90	0,41	100,0
Total	76,62	1,61	6,70	11,75	0,49	2,52	0,31	100,0

Analfabetismo por macrorregião

Região de Planejamento	Sabe ler e escrever	Não sabe ler e escrever	Total
Norte	79,21%	20,79%	100,00
Rio Doce	80,66%	19,34%	100,00
Zona da Mata	84,62%	15,38%	100,00
Noroeste	78,87%	21,13%	100,00
Central	85,10%	14,90%	100,00
Sul	85,07%	14,93%	100,00
Triângulo	85,14%	14,86%	100,00
Alto Paranaíba	83,70%	16,30%	100,00
Centro-Oeste	84,02%	15,98%	100,00
Jequi/Mucuri	73,43%	26,57%	100,00
Total	82,52	17,48	100,00

Fonte: PAD_MG 2009

A persistência do analfabetismo é uma marca da herança intergeracional entre as pessoas mais pobres no país, assim como em Minas Gerais. O fato de praticamente 1 em cada 4 pessoas em condições de alfabetizar-se não saberem ler evidencia uma enorme barreira para a distribuição de renda via mercado de trabalho. Para os analfabetos sobram ocupações marcadamente manuais, muito exaustivas e de restrita remuneração. A transferência intergeracional da pobreza passa, necessariamente, pela garantia de uma escolarização mínima de toda a população. Até mesmo a média de 17,48% de analfabetos no estado é preocupante no momento de retomada do crescimento econômico.

Considerações Finais

As macrorregiões de Minas Gerais se desenvolveram de forma distinta. Dessa forma, as desigualdades regionais do estado são históricas, persistindo até os dias atuais. Nessa perspectiva, procuramos demonstrar neste trabalho algumas disparidades socioeconômicas manifestadas ao longo dos anos no Estado, privilegiando dados de 2000 a 2010.

A taxa média de crescimento anual da renda na última década, nas regiões tradicionalmente menos dinâmicas, em termos econômicos, teve um maior crescimento percentual, em oposição as regiões mais dinâmicas, as quais tiveram crescimento inferior. Isto ocorreu porque houve um aumento real do salário mínimo na década passada e a maioria das famílias nestas regiões mais pobres possuem renda atrelada ao salário mínimo. Os programas de transferência de renda do governo federal, principalmente o Bolsa Família, também reforçaram a renda de parte significativa destas famílias.

O aumento do salário mínimo causa um impacto maior nas regiões menos desenvolvidas, em que a renda é menor, influenciando positivamente na taxa média de crescimento anual. Enquanto nas regiões em que a renda já em 2000 era elevada, o aumento do salário mínimo refletiu pouco quando se trata da taxa de crescimento da renda. Apesar desse crescimento positivo nas regiões menos desenvolvidas, as desigualdades entre estas e as regiões mais desenvolvidas não foram reduzidas de forma significativa, uma vez que dentre os dez municípios com menores médias de rendas per capita, oito pertencem a estas regiões menos dinâmicas, o Vale do Jequitinhonha/Mucuri e o Norte de Minas. Por outro lado, dentre os dez municípios com maiores rendas *per capita*, nove integram as regiões Sul, Central e Triângulo.

Outro aspecto a ser salientado é a participação da renda proveniente do programa bolsa família, contribuindo também para o aumento da taxa de crescimento nas regiões menos desenvolvidas, uma vez que foi demonstrado que é nas regiões que a taxa de crescimento foi maior, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte, onde se encontra o maior número de famílias beneficiárias do PBF.

Percebe-se também que dentre todas as regiões de Minas Gerais, na região Central é onde se verifica um maior número de favelas, este fato corrobora para que em algumas situações os indicadores sociais desta região destoem do seu enorme potencial econômico

Em suma, a industrialização e o crescimento econômico verificado no Estado nos últimos anos não foram sinônimos de bem-estar social para todos, nem tão pouco de igualdade de condições entre as macrorregiões de Minas Gerais. No decorrer do trabalho foram expostos dados sobre renda, analfabetismo, IDH, dentre outros, que demonstram a concentração do desenvolvimento nas regiões do Central, Triângulo e Sul e por outro lado, as condições desfavoráveis em que se encontram as regiões Jequitinhonha/Mucuri e Norte.

Furtado (1974) aponta o caminho da intervenção do Estado com propulsor das atividades de mercado no sentido de inserir regiões periféricas na dinâmica do desenvolvimento capitalista. O Norte de Minas e a região dos Vales do Jequitinhonha/ Mucuri juntas possuem cerca de 13% da população do Estado, distribuída em um vasto território. A reprodução do modelo hegemônico de desenvolvimento concentrado do país está gerando a mesma dinâmica centro e periferia verificada no Brasil.

No entanto, além da federação, temos em Minas o Governo do Estado para fomentar o desenvolvimento nessas regiões periféricas. A junção de recursos políticos, interesses do empresariado e participação cívica é fundamental para minorar os efeitos do desenvolvimento capitalista de acordo com a dinâmica do mercado.

A eminência da montagem de um parque de exploração mineral na Serra Geral do Norte de Minas, a exploração de gás mineral e de petróleo na bacia do Rio São Francisco, assim como outros grandes empreendimentos em fase de instalação na região, se acompanhados, incentivados e monitorados pelo estado podem vir a contribuir com o desenvolvimento social nestas regiões. Caso contrário, estaremos mais uma vez assistindo mais um ciclo de exploração predatória nestas regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais.

Referências

ARROYO, Miguel. Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**. v.31, n.113. p.1381-1416, out-dez, 2010.

BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico. Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 35-56, maio 2009. Ensaio FEE. Disponível em: revistas.fee.tche.br, acesso em: Acesso em: 16 jul. 2012.

Desenvolvimento Humano Municipal, 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em: 02 set. 2011.

DULCI, Otavio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FILHO, Jair do Amaral Filho. A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas-ppp**, n 23. São Paulo: ipea. Jun. de 2001.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra. 1974.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: O caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em: 10 jul. 2012.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Relatório Metodológico – Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais – PAD – MG. Disponível em: www.fjp.gov.br. Acesso em: 01 set. 2011.

RICCI, Fábio. O Desenvolvimento Regional e a Dinâmica do Movimento do Capital. G&DR, v.1, número 2, p.3-15, mai/ago, de 2005. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Disponível em: www.rbgdr.net. Acesso em: 12 jul. 2012.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; SILVA, Ricardo dos Santos. Anais do 35º encontro anual da anpocs. Caxambu: anpocs. 2011.